

## VALE DO GUAPORÉ: CONFLITOS PELO ESPAÇO \*

Olímpio Beleza Martins\*\*

Messias Modesto dos Passos\*\*

Um dos graves problemas no Brasil de hoje é a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, enquanto que milhões de trabalhadores rurais lutam para conseguir um pedaço de terra para daí tirar o sustento. Para se ter uma idéia dessa gravidade, vamos usar os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1985, onde notamos que 326 latifúndios por dimensão ocupam aproximadamente 45 milhões de hectares e 2,8 milhões de minifúndios possuem área igual a 43 milhões de hectares. Ainda, de um total de 425,9 milhões de hectares aproveitáveis, cerca de 44% (188,46 milhões de hectares) é área aproveitável não explorada (8,5 vezes a área do Estado de São Paulo). Destes 188,46 milhões, cerca de 80% são áreas de latifúndio. Além disso, milhares de trabalhadores rurais não conseguem terra para defender sua sobrevivência.

Estas contradições levam a um impasse que não pode ter outra saída que não o conflito. Pela posse e pela propriedade da terra, tais conflitos hoje sobem a mais de dois mil em todo o Brasil.

De um lado, o latifundiário luta para conquistar mais e mais poder e tem a propriedade como uma instituição sagrada (a terra como reserva de valor, como mercadoria). Do outro, o trabalhador rural, possuído, busca na terra a sua sobrevivência. Para o trabalhador, a propriedade não tem valor absoluto e sim relativo. O seu valor não é ter por ter, mas ter para ser. O valor é o valor de uso. Os resultados de tais conflitos entre os envolvidos, muitas vezes, tem sido a morte.

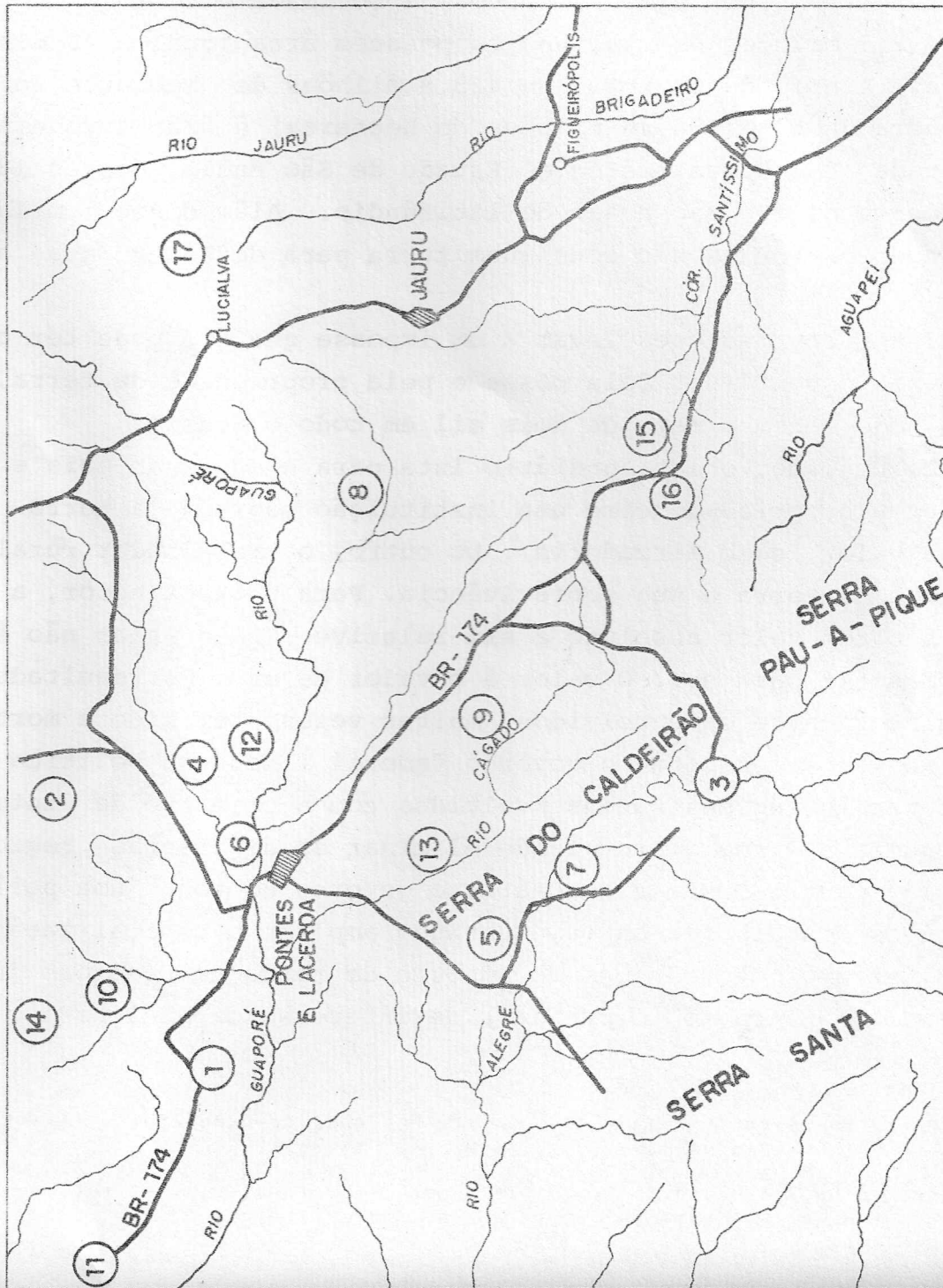
Nos anos sessenta, o governo federal fixou uma política de favorecimento às regiões subdesenvolvidas com o objetivo de integrá-las à economia nacional. Procurando eliminar as diferenças regionais da Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste, o governo adotou uma política de incentivos fiscais regionais, tentando ampliar a capitalização destas áreas, através de deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas, visando a aplicação em projetos de interesse capital para o de

---

\* Este trabalho foi apresentado no 7º Encontro Nacional de Geógrafos - Tema III - Agrária - no dia 28 de julho de 1988, em Maceió, Alagoas.

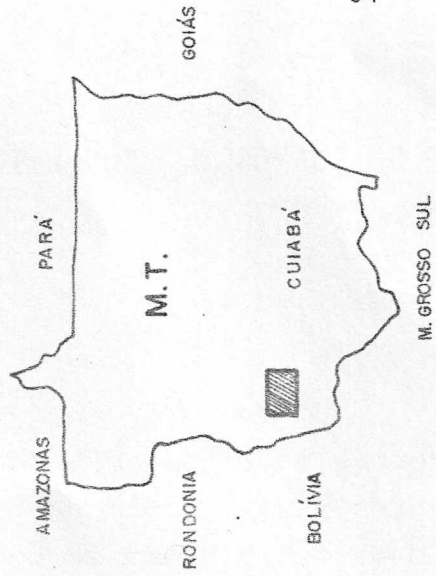
\*\*Professores do Departamento de Geografia Humana e Regional do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais de Presidente Prudente - UNESP.

# ALTO CURSO DO GUAPORE: AREA DE CONFLITOS



## LEGENDA:

- 1 - GLEBA SCATTOLIN
- 2 - GLEBA PINDAITUBA
- 3 - CERRO AZUL
- 4 - FAZENDA ESTIVA
- 5 - GLEBA CORONEL ARI
- 6 - GLEBA CORREGO DA ONÇA
- 7 - AGROPECUARIA RIO ALEGRE
- 8 - GLEBA SÃO DOMINGOS
- 9 - GLEBA BANANAL
- 10 - FAZENDA BIG VALE
- 11 - FAZENDA JUNQUEIRA
- 12 - FAZENDA PALMAR
- 13 - GLEBA CÁGADOS
- 14 - GLEBA FUNAI OU SARARÉ
- 15 - AGROP. MIRASSOLZINHO
- 16 - FAZENDA F. BARRETO
- 17 - FAZENDA GERALDELLI





envolvimento econômico regional. Tal diretriz vai provocar mudanças evidentes na estrutura fundiária, visto que estes recursos puderam ser aplicados em projetos agropecuários. De um total de 549 projetos que receberam incentivos fiscais entre os anos de 1965 a 1977, na área da SUDAM 335, mais da metade do total foram os projetos agropecuários. Na realidade, a iniciativa privada do Sul e do Sudeste foi chamada para intervir nestas regiões e a aplicar recursos próprios e aqueles deduzidos do imposto de renda.

As consequências foram, muitas vezes, funestas por várias razões. Nem sempre a eficácia desses empreendimentos produziu os frutos esperados visto que a devastação de milhares de hectares de florestas só trouxe benefícios à concentração da propriedade nas mãos desses poucos novos capitalistas. Como estes projetos foram localizados em áreas onde já existiam famílias e mais famílias de posseiros que a sobreviveriam do seu trabalho, o resultado foi o conflito. Tal situação permitiu que a prática da grilagem fosse feita de forma ostensiva.

Na realidade é a transição daquilo que Souza Martins (1983) chamou de frente de expansão em frente pioneira. Na frente de expansão o personagem característico é o posseiro. Nela reina o trabalho familiar e o excedente produzido eventualmente torna-se mercadoria. Na frente pioneira o personagem dominante é o proprietário capitalista. É aí o domínio do capital e da mercadoria para o circuito comercial.

O posseiro geralmente é um migrante que se deslocou de outras áreas de onde foi expulso por várias razões. Por ter perdido suas terras no Sul e no Sudeste, por ser mão de obra excedente no Sul e Sudeste e mesmo nas áreas de frente pioneira. Sabemos que a derrubada da mata nestas frentes exigem mão de obra numerosa, porém, quando as pastagens estão formadas passa a haver um excesso de mão de obra e o trabalhador é expulso. Este vai tornar-se posseiro deslocando assim a frente de expansão um pouco mais.

Este é um processo que ocorre em todo o Brasil mas tais observações foram feitas sobretudo nas cabeceiras do Rio Guaporé, no Sudoeste do Estado de Mato Grosso.

Na chapada dos Parecis, os arenitos cretácicos da formação dos Parecis deram origem à escarpas voltadas para o Sul e para Noroeste, dominando as superfícies cristalinas rebaixadas e dissecadas pelos altos cursos dos Rios Paraguai e Guaporé. Aí no alto curso do Guaporé localiza uma das melhores terras de cultura do Brasil. Este espaço tem sido disputado continuamente por posseiros e latifundiários e como resultante os graves conflitos gerados nos últimos dez anos.

A área em questão abrange os atuais municípios de Jauru e de Pontes e Lacerda. A ocupação deste espaço ocorreu a partir do final

dos anos 50 e durante a década de 60. A Companhia Comercial de Terras Sul do Brasil adquiriu uma gleba de terras no atual município de Jauru em 1954 e em 1955 recebeu a concessão do Estado para colonizar outras glebas nas proximidades. Loteou-as em pequenas propriedades e vendeu-as para compradores oriundos de São Paulo, Minas (área do contestado), etc. Este processo de vendas durou cerca de 7 a 8 anos (entre 1963 a 1970). Propriedades de grande porte foram adquiridos por capitalistas provenientes de São Paulo e em alguns casos deixados como reserva de valor. Por volta de 1970, a Companhia Comercial de Terras Sul do Brasil começou a lotear e vender uma outra grande gleba de 200.000 alqueires (484.000 hectares) no município de Pontes e Lacerda. Entretanto com características um pouco diferentes dos primeiros loteamentos em Jauru. Os lotes eram maiores (até 10.000 alqueires) e mais ou menos metade da gleba não chegou a ser vendida. Os posseiros provenientes de São Paulo, Minas Gerais e com passagem pelas frentes pioneiras, como é o caso de Jauru, invadiram vários pontos do município de Pontes e Lacerda. O alto curso do Guaporé passa ser uma área de frente de expansão onde o posseiro, o trabalho familiar e a agricultura de subsistência são predominantes. O início do povoamento assim se processa.

A fixação pelo governo, nos anos sessenta, de uma política que visava o desenvolvimento das regiões menos evoluídas, através de incentivos fiscais e deduções do imposto de renda vai ter resultados desastrosos para a região. Como já falamos, tal política vai ser de importância primordial como apêlo à iniciativa privada do Sul do país para investir na região, principalmente em grandes projetos agropecuários. Quando da chegada do grande capital no alto curso do Guaporé as terras por ele adquiridas já estavam ocupadas pelos posseiros. As primeiras situações conflitantes aparecem. Porém resolvidas, visto que inicialmente o grande capital passou a necessitar da presença do posseiro como mão de obra barata para os trabalhos de derrubadas de matas para fins de formação de pastagens. Esta "convivência" inicial "pacífica" se deu em razão de que o posseiro (minifúndio) não conseguindo tirar o sustento familiar apenas de sua posse se viu obrigado a vender sua força de trabalho nos grandes projetos agropecuários para o grande capital. É preciso deixar claro que parcela da mão de obra usada arregimentada nos pequenos núcleos urbanos da região.

Esta convivência também era possível porque nos primeiros anos após a derrubada da mata, o grande proprietário permitia que o trabalhador rural plantasse em suas terras, pequenas roças de arroz, milho e feijão. Quando as pastagens estavam formadas todo o excedente de mão de obra era expulso da propriedade. Sem ter o direito de traba



lhar para a sua sobrevivência, a saída era invadir as áreas das fazendas que permaneciam cobertas de matas, as quais os proprietários guardavam para futura especulação imobiliária. Capitalistas e os trabalhadores rurais querendo a mesma terra, por interesses diferentes, a resultante quase sempre foi o confronto. Cerca de duas dezenas de glebas e fazendas foram cenários desses conflitos nos últimos dez anos a saber: - Gleba Scattolin, conflito mais agudo em 1973; Gleba Pindaituba, 1978; Cerro Azul, 1980; Fazenda Estiva, 1980, Gleba Coronel Ari, 1980; Gleba Córrego da Onça, 1980; Agropecuária Rio Alegre, 1980; Gleba São Domingos, 1981; Colonia Paranaense, 1983; Gleba Bananal, 1984; Fazenda Big Vale, 1985, Fazenda Junqueira, 1985/86; Fazenda Palmar, 1985; Gleba Cãcados, 1985; Gleba Funai ou Sararê, 1985; Agropecuária Mirassolzinho, 1984/86, Fazenda F. Barreto, 1986 e Fazenda Geraldelli, 1986.

Os primeiros conflitos na região foram considerados como sendo focos de guerrilha para a imprensa nacional. Isto porque, muito distante dali, na Bolívia estava presente a figura do "Che Guevara". Para o governo era preciso dar uma resposta a tudo isto. Implantou-se em 1980 o POLONOROESTE para resolver a questão dos conflitos. Era na realidade uma resposta do capital e do poder institucionalizado à esta questão. Com financiamento do Banco Mundial, o POLONOROESTE se preocupou em resolver a questão do conflito em duas frentes: a) a pavimentação da Rodovia Cuiabá - Porto Velho, que teve o seu traçado original mudado. Antes o percurso mais utilizado era a BR 364 passando por Diamantino. A partir do programa, pavimentou-se a BR 174, que corta a área em questão; b) o programa de Desenvolvimento Integrado com 77,647 milhões de dólares que foi elaborado fora do Brasil. O objetivo básico do programa foi tentar eliminar as tensões sociais integrando o trabalhador à uma economia de mercado. Isto porque o governo americano, após os anos 70 (fracasso do Vietnã), mudou sua política em relação ao Terceiro Mundo. Ao invés de ir para o confronto direto com as populações insurgentes acharam a partir de então melhor eliminar as tensões elevando o nível social e econômico desta gente. Vários programas foram desenvolvidos no campo da saúde em desenvolvimento agrícola e rural, procurando eliminar as deficiências de armazenagem, estradas, escolas, saúde e assistência técnica. Mas apesar dos planos projetos e milhões de dólares a situação continuou tensa, isto porque na realidade, o trabalhador quer a terra para sobreviver com sua família, mas o capitalista quer a mesma terra e em grande quantidade para que ele possa especular no futuro próximo.

Nestas áreas de conflitos, existe um jogo de interesses que pode impressionar, num primeiro momento, quem chega sem grande conhe

cimento da causa. Presenciamos mais de uma vez e ficou bastante claro nas declarações de proprietários médios e grandes, o incentivo para que os trabalhadores rurais se organizassem e invadissem propriedades cobertas de matas e cujos proprietários não residissem no local e pouco visitassem tais áreas. Tal incentivo ia desde orientar os trabalhadores de que todos deveriam ter seu pedaço de terra para que pudesse ter mais justiça social, etc., como, de que os fazendeiros proprietários residentes fora do local tinham adquirido tais áreas de formas dúbias e por isso não mereciam ser os verdadeiros proprietários; que os proprietários eram aqueles que trabalhavam verdadeiramente a terra; até o auxílio financeiro e técnico a esses trabalhadores. Os proprietários absenteístas que residem na maioria das vezes em São Paulo e outras cidades do interior paulista e pouco visitam suas terras - apenas as conservam como reserva de valor - nem sempre gozam de prestígio junto aos trabalhadores rurais da região. Isto porque não dão empregos à população local e pouca amizade fazem com a mesma. Os proprietários locais de porte médio e mesmo grande procuram servir a esses trabalhadores rurais de todas as formas para que possam ter garantido mão de obra barata nas derrubadas de matas, formação e conservação das pastagens e a preservação de sua propriedade sem a incômoda presença dos posseiros. Para isso, visitam constantemente as áreas invadidas pelos posseiros dando-lhes o apoio necessário. Procuram construir estradas e "carreadores" até a gleba invadida. Pagam o diesel para que as máquinas da prefeitura conservem as mesmas. Chegam mesmo a auxiliá-los financeiramente. É bom lembrar que o prefeito geralmente é um médio proprietário e participa deste tipo de organização.

Mas tudo isto tem seu preço. Tudo foi planejado e mais dias menos dias o fazendeiro que tanto incentivou acaba adquirindo os lotes por quantias ínfimas. O posseiro vende sua posse, perde sua propriedade e só lhe restam duas coisas; vender sua força de trabalho como assalariado para o capitalista ou ir adiante ocupar novas áreas ainda não utilizadas e recomeçar todo o processo novamente.

A situação do posseiro sempre é difícil em razão de como os órgãos oficiais o trata. Se para o grande latifundiário, nos últimos anos, o empréstimo financeiro sempre foi coisa fácil e barata, com juros subsidiados de índices bem abaixo da inflação oficial, e na maioria das vezes com carência de vários anos, para o posseiro tais facilidades desaparecem. Uma das primeiras exigências para que se possa fazer empréstimos para fins agrícolas nos bancos particulares e oficiais é a existência da escritura das terras como garantia. Aí agravam-se os problemas. O posseiro não sendo o proprietário legal da terra não tem a escritura. Sem a escritura não consegue financiamento



nos bancos e assim tem de buscar outras saídas para a sua sobrevivência. Além de construir um pequeno roçado para o sustento e vender sua força de trabalho nas fazendas próximas, uma outra atividade bastante desenvolvida atualmente na região, nos últimos anos, é a venda da madeira dos lotes ocupados. Presenciamos em três glebas invadidas (Mirassolzinho, F. Barreto e Geraldelli) que boa parcela das famílias aí residentes tem na madeira a única fonte de renda. No caso da Agropecuária Mirassolzinho é a aroeira a madeira mais vendida, principalmente para palanques e lascas de cercas, pela sua resistência e durabilidade. Nas demais glebas a utilização de outras madeiras de lei é maior e a venda é feita às serrarias locais. A escassez da madeira em alguns lotes já se coloca e o posseiro começa a sentir os efeitos e tem procurado outras maneiras para o sustento da família.

O atual governo do Estado de Mato Grosso tem tentado resolver a questão dos conflitos de forma diferente dos governos anteriores. Até 1986, nas questões de invasão de propriedades, a diretriz básica era utilizar todo o aparato e força policial e paramilitar (polícia e jagunços) para desalojar os posseiros não se importando com as consequências. A partir desta data, a desapropriação da gleba e divisão em lotes para os posseiros ocupantes tem sido a melhor forma encontrada. No entanto, mesmo assim tais desapropriações deixam muito a desejar. Não pelo fato da desapropriação e doação dos lotes, mas pelo valor que está sendo pago aos antigos proprietários das glebas. Em julho de 1987, a Agropecuária Mirassol S/A, no município de Jauru foi desapropriada por um preço mais elevado que os preços correntes do mercado imobiliário da região. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - pagou um total de CZ\$ 226.717.334,80 (Duzentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezessete mil, trezentos e trinta e quatro cruzados e oitenta centavos) pela área de 20,610,66 hectares, na proporção de CZ\$ 11.000,00 por hectare. Assim, mesmo a terra passando a ter um valor de uso para o posseiro, agora proprietário legal, não deixou de ter sido usada como reserva de valor pelo latifundiário que a tinha adquirido por NCR\$ 3,400,000,00 em 1967.

#### BIBLIOGRAFIA

- COMISSÃO pastoral da Terra - O aroeira. Ano IX, nº 43 - Março/Abril de 1987. Cuiabá-MT
- IANNI, Otávio - Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- MARTINS, José de Souza - Os camponeses e a política no Brasil. Petro

polis, Editora Vozes, 1983.

RIBEIRO, Nelson de F. - Caminhada e esperança da Reforma Agrária.  
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.